

Howard S. Becker

SEGREDOS E TRUQUES DA PESQUISA

PESQUISA
PESQUISA
PESQUISA



Este livro é uma tradução autorizada da editora



Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Universidade de São Paulo

FICHA DO VOLUME

1. Título: Segredos e truques da pesquisa

2. Autor: Becker, Howard S.

3. Local de publicação: São Paulo

4. Editora: Companhia das Letras

5. Ano de publicação: 2018

6. Número de páginas: 288

7. ISBN: 9788573093015

8. Preço: R\$ 39,90

9. Descrição: Livro de não ficção, ensaio

10. Assuntos: Sociologia, Antropologia

11. Formato: Livro em papel

12. Idioma: Português

13. Estado de conservação: Bom

14. Observações: Livro de bolso

Para Dianne

Título original:
Tricks of the Trade
(*How to Think about Your Research While You're Doing It*)

Tradução autorizada da primeira edição norte-americana,
publicada em 1998 por The University of Chicago Press, de Chicago, EUA

Licensed by The University of Chicago Press, Chicago, Illinois, USA

Copyright © 1998, The University of Chicago. All rights reserved.

Copyright da edição brasileira © 2008:
Jorge Zahar Editor Ltda.
rua México 31 sobreloja
20031-144 Rio de Janeiro, RJ
tel.: (21) 2108-0808 / fax: (21) 2108-0800
e-mail: jze@zahar.com.br
site: www.zahar.com.br

Todos os direitos reservados.

A reprodução não-autorizada desta publicação, no todo
ou em parte, constitui violação de direitos autorais. (Lei 9.610/98)

Projeto gráfico e composição: Printmark Marketing Editorial
Capa: Eliane Stephan

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

B356s Becker, Howard S.
Segredos e truques da pesquisa / Howard S. Becker; tradução, Maria Luiza X. de A. Borges;
revisão técnica, Karina Kuschnir. — Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007

Tradução de: *Tricks of the trade: (how to think about your research while you're doing it)*

Apêndice
Inclui bibliografia
ISBN 978-85-378-0046-1

1. Ciência – Metodologia. 2. Pesquisa – Metodologia. I. Kuschnir, Karina. II. Título.

07-4137

CDD 001.42
CDU 001.8

Sumário

Profácio à edição brasileira, 7

Profácio à edição norte-americana, 13

1. Truques, 17

2. Representações, 28

Representações substantivas, 30

Representações científicas, 36

A narração de histórias científicas, 37

O truque da hipótese nula [*null hypothesis*], 40

Coincidência, 50

A sociedade como uma máquina, 58

A sociedade como organismo, 65

Narrativa, 84

Causas, 91

3. Amostragem, 96

O que incluir?, 96

Amostragem e sinédoque, 96

Amostragem aleatória: uma solução perfeita (para alguns problemas), 97

Alguns outros problemas de amostragem, 100

Onde parar? O caso da etnomusicologia, 101

Quanto detalhe? Quanta análise?, 107

Além das categorias: descobrir o que não se encaixa, 115

A descrição e as “categorias”, 115

Tudo é possível, 118

As idéias de outras pessoas, 121

Por outro lado..., 132

Usar a informação de outras pessoas, 136

Instituições bastardas, 138

4. Conceitos, 145

Conceitos são definidos, 146

Habilitação, 149

Crime, 154

Definição de conceitos: alguns truques, 158

Deixe o caso definir o conceito, 161

Generalização: o truque de Bernie Beck, 164

Conceitos são generalizações, 167

Conceitos são relacionais, 172

O truque de Wittgenstein, 180

Aumentar o alcance de um conceito, 183

5. Lógica, 188

Encontrar a premissa maior, 189

Para compreender conversas estranhas, 193

Traçando a linha: *crocks*, 194

“Não é (seja o que for)”, 202

Tabelas de verdade, combinações de tipos, 209

Obras de arte e tabelas de verdade, 212

Análise do espaço de propriedades (AEP), 219

Análise comparativa qualitativa (ACQ), 232

Indução analítica (IA), 244

A lógica subjacente das combinações, 265

6. Coda, 269

Notas, 274

Referências bibliográficas, 281

Índice remissivo, 290

Prefácio à edição brasileira

Este livro foi escrito para ajudar as pessoas a compreenderem como se faz o trabalho cotidiano de pesquisa em ciências sociais, como lidar com os problemas que incomodam estudantes e jovens pesquisadores quando se ocupam de aprender um ofício profissional estranho: pensar sobre os dados que colhem, escolher os lugares aonde vão colher seus dados e as pessoas que observam ou entrevistam. Situa-se, nesse sentido, na tradição norte-americana de pensamento pragmático. Não tem em mira um sistema abrangente de conceitos e idéias, e sim uma série de coisas a serem feitas para ajudar o trabalho a avançar.

Esta ênfase talvez reflita uma tendência peculiarmente norte-americana de preferir a pesquisa empírica ao pensamento abstrato, embora seja provável que as culturas sociológicas nacionais não se mostrem assim tão diferentes. Mesmo que a ciência social brasileira, muito influenciada pelo tipo de obra que vem da França, produza e respeite o pensamento sociológico abstrato, ela conta também com grandes corpos de pesquisa empírica séria que não diferem acentuadamente do tipo de trabalho que este livro pretende auxiliar.

Obras brasileiras sobre métodos de pesquisa contêm informação tão detalhada sobre como fazer análises estatísticas quanto os livros norte-americanos a respeito do assunto. Uma forma de pensar sobre este livro

dade da escala, aquelas atividades boas demais para serem verdadeiras, ou desvios angelicais. Nas mãos de Hughes, isso muitas vezes toma a forma de comparações que parecem chocantes ou extremamente impróprias. Ele gostava, por exemplo, de comparar sacerdotes, psiquiatras e prostitutas, observando que os membros de todas estas três ocupações têm um “conhecimento condenável”, sabendo coisas sobre seus paroquianos, pacientes ou fregueses que têm de ser mantidas em segredo. Hughes estava interessado num estudo comparativo dos meios pelos quais, nas diferentes condições em que os membros de cada uma dessas profissões trabalhavam, esses segredos eram guardados.

Excluir casos porque parecem sem graça ou politicamente embaraçosos também é um erro garantido. O bom gosto é uma forma poderosa de controle social. Nada é mais fácil, para levar alguém a parar de fazer alguma coisa de que não gostamos, que sugerir que aquilo é “vulgar”, “desagradável”, “deselegante” ou usar qualquer de uma centena de expressões depreciativas similares. O crítico literário russo Bakhtin salientou que Rabalais narrou as façanhas de Gargantua numa linguagem vulgar comum precisamente por ser ela politicamente ofensiva para as pessoas instruídas, que prefeririam um tom “mais elevado”. É possível que estejamos nos submetendo ao exercício de controle social de alguém ao aceitar sem reflexão esse tipo de crítica, e os cientistas fazem isso com frequência.

4

Conceitos

Tendo refletido sobre nossas representações e procurado uma amostra adequada de casos a investigar que cubra a variação total dos tipos do fenômeno sobre o qual queremos aprender e refletir, estamos prontos para começar a pensar a sério. Isso significa usar conceitos, declarações generalizadas sobre classes inteiras de fenômenos, e não declarações específicas de fato, que se apliquem a pessoas e organizações em toda parte, não apenas a estas pessoas aqui e agora, ou ali e naquele momento. Muitos cientistas sociais lidam com esses problemas de maneira dedutiva, tratando conceitos como constructos lógicos que podem ser desenvolvidos pela manipulação de algumas idéias básicas. Não simpatizo muito com esses esforços, que são divorciados demais do mundo empírico para reter minha atenção. Reconheço que isto é, sob alguns aspectos, uma questão de gosto.

Um modo de análise conceitual proveitoso e mais empírico tem sido desenvolver modelos ideal-típicos, que consistem em um “conjunto sistematicamente relacionado de critérios em torno de uma questão central” que seja “abstrata o bastante para ser aplicável a uma variedade de circunstâncias nacionais e históricas”.¹ Usando esse método, por exemplo, Freidson resolve o espinhoso problema de definir o conceito de “poder profissional”, criando um modelo em que “a questão central do poder profissional situa-se no controle do trabalho pelos próprios trabalhadores profissionais, e não

no controle, pelos consumidores, num mercado livre, ou pelos funcionários em um Estado centralmente planejado e administrado”.

Minha maneira favorita de desenvolver conceitos, porém, é num diálogo contínuo com os dados empíricos. Como conceitos são maneiras de sumarizar dados, é importante que eles sejam adaptados aos dados que vamos sumarizar. A discussão que desenvolvo a seguir descreve truques para fazer isso, maneiras de usar nossos dados para criar idéias mais complexas, que nos ajudarão a encontrar outros problemas que merecem ser estudados e novos aspectos sobre o que estudamos, idéias que merecem ser pensadas e incorporadas à nossa análise.

— CONCEITOS SÃO DEFINIDOS

Todos nós trabalhamos com conceitos. O tempo todo. Não temos escolha, como Herbert Blumer mostrou numa crítica ao que era chamado, na época em que escreveu, de “operacionalismo”. Ele observou que não era possível haver ciência sem conceitos. Sem eles, não sabemos para onde olhar, o que procurar, ou como reconhecer o que estamos procurando quando o encontramos. Psicólogos, em período de grande popularidade quando Blumer escreveu, pensavam que podiam dispensar conceitos, pelo menos aqueles definidos em termos teóricos abstratos. Pensavam que podiam evitar dificuldades crônicas com discussões sobre definições, enunciando os conceitos de maneira simples, como aquilo que mediam com as operações que utilizavam para estudar o fenômeno que investigavam. No exemplo clássico, diziam que “inteligência”, cuja definição se debatia acaloradamente, era aquilo que os testes de inteligência mediam.

Sociólogos cometeram o mesmo equívoco em relação ao conceito de *atitude*. Muitos pesquisadores presumiam que as pessoas tinham pensamentos, disposições ou idéias (ou alguma coisa) — sumarizados como atitudes — dentro de si, à espera de serem liberados pela situação ou estímulo apropriado. O que era uma atitude, isso não estava claro. Cientistas discutiam a definição. Mas sua incapacidade de demarcar o que era atitude não os impedia de inventar mensurações de atitude, um processo em que as respostas das pessoas a uma longa lista de perguntas produziam um

índice que “mensurava” sua atitude com relação a filmes, estrangeiros, escolas ou partidos políticos. Os cientistas mediam a fidedignidade e a validade de atitudes, e fabricavam estatísticas que descreviam as relações das atitudes entre si e com outros fatos referentes a pessoas. Pensavam poder mostrar que as pessoas diferiam no tocante a atitudes com relação a isso ou aquilo, e que essas diferenças se correlacionavam com outras de maneira significativa.

Críticos se queixavam de que não havia uma compreensão geral dessa coisa que estava sendo medida. Os operacionalistas furtavam-se às questões negando que tivessem dito algo sobre o conteúdo ou significado real das atitudes medidas: estas eram simplesmente o que os testes mediam, nada mais. Ninguém acreditava nisso. Se acreditasse, teria havido muito menos pesquisas sobre atitudes, inteligência ou as outras idéias importantes definidas operacionalmente. Porque, afinal, ninguém se interessa por medidas de teste em si mesmas — somente por inteligência, atitudes raciais ou propensões à violência, ou qualquer outra coisa que o teste supostamente meça.

Uma resposta favorita a ataques aos testes de atitude ou de inteligência era: “Você não chama isso de inteligência? Ótimo. Chame de *X*. Certo?” Poderíamos deflectir essa resposta irritante e insatisfatória realmente passando a nos referir ao item em questão como *X*. “Entendo, você mostrou que crianças de diversos grupos raciais diferem por dez pontos, em média, em alguma coisa chamada *X*. E daí?” Mas, é claro, ninguém está interessado em resultados diferenciais de crianças negras e brancas em *X*. Sem conteúdo, *X* não tem relevância alguma para qualquer questão de teoria ou política. Mas as pessoas realmente se importam com diferenças de inteligência, porque, se existirem, elas têm sérias consequências políticas e morais de um tipo que um mero *X* jamais poderia possuir. Quando um crítico chamasse pela terceira vez de *X* o que todos os envolvidos sabiam ser realmente inteligência, a discussão ficaria mais séria.

Esta crítica pode parecer estranha e antiquada, pois poucos cientistas sociais contemporâneos admitiriam ser operacionalistas do tipo que Blumer criticou. Muitos pesquisadores contemporâneos, porém, agem como se aceitassem uma variante dessa posição. No seguinte sentido: escolhem, como “indicador” do fenômeno sobre o qual querem falar, alguma coisa

que tem uma relação imperfeita, por vezes extremamente imperfeita, com o próprio fenômeno, e depois tratam o indicador como se ele fosse aquele fenômeno. Perguntam às pessoas qual é sua ocupação e tratam a resposta como uma medida da classe social, localizando a ocupação citada numa lista de empregos cujo prestígio foi medido, ou situando-a numa classificação de grandes grupos ocupacionais do Censo. Podem dizer que estão medindo o que Karl Marx, Max Weber, W. Lloyd Warner ou C. Wright Mills queriam dizer quando falavam de "classe social", mas isso não é óbvio nem particularmente crível. Pessoas que fazem essas medições não insistem que a ocupação de uma pessoa é classe social no sentido marxista ou weberiano, uma vez que não demonstraram nenhuma relação entre os dois empiricamente, mas suas análises e discussões afirmam implicitamente essa identidade. Por mais importante que seja, a medição não contribui muito para nossa compreensão dos conceitos que usamos.

Outra maneira de definir um conceito é colher exemplos de coisas que reconhecemos como corporificando aquilo a que ele se refere, e depois procurar o que há de comum nas idéias inevitavelmente confusas e historicamente contingentes que as pessoas usam de modo rotineiro. Alguns exemplos sociológicos comuns desse trabalho conceitual são habilitação, crime ou profissão. Tentamos formular uma definição que inclua todas as coisas que consideramos semelhantes e exclua as diferentes. Ficamos embaraçados se alguém consegue mostrar que alguma coisa que não considerávamos pertencente à nossa coleção de fato se enquadra nos termos da definição. Assim, pesquisadores tentaram definir "profissão" como um tipo especial de trabalho, diferente de outras ocupações. O que queriam incluir no agregado que sua definição reunia eram ocupações altamente respeitadas e bem remuneradas, como medicina e advocacia. Assim, formularam sua definição arrolando os traços que caracterizavam essas ocupações. (Freidson, em *Professionalism Reborn*, faz uma cuidadosa exposição desses problemas e oferece soluções realistas e úteis para eles.)

Invariavelmente, um crítico industrioso e esperto encontrava uma ocupação que correspondia a todas as exigências da definição (longos anos de formação, um corpo de conhecimento especial, autorização pelo Estado e assim por diante), mas claramente "não se enquadrava". O trabalho de encanador costumava se prestar bem para esse tipo de trapaça teórica. En-

canadores têm os atributos incluídos nas definições-padrão de profissão: um corpo especial de conhecimento (experimemente consertar seu próprio objeto), longos anos de formação, autorização estatal e o resto. Mas "todo mundo sabe" que o trabalho de encanador não é uma profissão. O aparente paradoxo surge porque os itens da coleção cuja definição é formulada para abranger foram escolhidos com base numa variável não reconhecida: o prestígio social da ocupação. Se houvesse uma correlação perfeita entre prestígio e os demais critérios, não haveria problema. Mas não há.

Questões como essa surgem em muitas áreas do trabalho sociológico. O truque teórico que ajuda a resolvê-las é reconhecer que aquilo que faz parte da coleção a ser abrangida pela definição governa o tipo de definição a que chegaremos. E coletar os exemplos é o tipo de problema de amostragem considerado no Capítulo 3. Portanto, procuramos respostas para perguntas como: como construímos essas coletas? O que tipicamente excluimos? E que mal faz ser seletivo em nossas escolhas de exemplos? Problemas de definição surgem exatamente porque escolhemos essas coleções de modos que desconsideravam a injunção do Capítulo 3 de incluir em nossa amostra a variedade mais ampla possível de casos de um fenômeno. Aqui estão mais dois exemplos em que o mal é mais substancial, ou pelo menos mais visível, que no caso de "profissão" (que é, pelo menos na superfície, sobretudo um embaraço conceitual, embora as implicações políticas da definição desse termo sejam bastante sérias, como mostra Freidson)?

- HABILITAÇÃO

Sociólogos, economistas e outros cientistas sociais recorrem, implícita ou explicitamente, à idéia de "habilitação". Afirmam que diferenças na remuneração, por exemplo, resultam da escassez de habilitações reais, de modo que pessoas que possuem habilitações raras são mais bem pagas. Que tornaria uma habilitação escassa? Uma coisa seria a distribuição diferencial de talento natural para exercê-la. Pessoas desafortunadas teriam dificuldade em aprender a tocar centenas de músicas de ouvido, como eu tinha de fazer para conservar um emprego de pianista em bares. Algumas pessoas são capazes de manipular números facilmente e poderiam ser em especial boas na contabilidade, escrita fiscal ou para lidar com o dinheiro alheio. Algumas

têm grande habilidade com uma agulha, e podem costurar e fazer tricô ou crochê primorosamente. Algumas têm jeito para lidar com pessoas, sabem como mitigar seus temores ou fazer com que se sintam à vontade. Algumas aprenderam a ter determinação e são boas nisso, são capazes de tomar decisões numa situação difícil, enquanto nós ficamos em volta chupando o dedo.

Outro fator que contribui para a escassez de uma habilitação pode ser o tempo de prática o ou dinheiro necessário para adquiri-la. Segundo essa teoria, as pessoas não investiriam muito do tempo e energia que poderiam investir em outra coisa se isso não fosse compensador. Assim, o número de pessoas desejosas de adquirir uma habilitação cairá se as recompensas ao seu exercício forem baixas. Se todos agirem dessa maneira economicamente racional, o número de pessoas em cada ocupação atingirá um equilíbrio num preço que os usuários se disporão a pagar pela habilitação, e os praticantes aceitarão receber.

Podemos certamente fazer uma longa lista de habilitações que as pessoas tiveram ao longo dos séculos. Seu exame deixaria claro que nem todas são igualmente recompensadas. Uma habilitação por si só não produz grandes recompensas. É preciso ter uma habilitação desejada por alguma outra pessoa que se disponha a pagar por ela. Se você dispuser de uma habilitação muito rara e intensamente desejada por pessoas muito ricas, será recompensado com generosidade. Se, por exemplo, for um dos poucos capazes de restaurar obras de arte danificadas possuídas por pessoas ricas que lhes atribuam extremo valor, será bem pago para exercer essa habilitação. Se tiver uma habilitação que muitos outros têm — se for um dos milhões capazes de aprender rapidamente a preparar hambúrgueres numa franquia de *fast-food*, um grupo que tem mais integrantes do que qualquer um precisa —, você receberá o salário mínimo legal (ou menos, se os patrões pensarem que não serão pegos). Mesmo uma habilitação muito rara, porém, não lhe será de nenhum proveito, a menos que pessoas ricas o bastante para remunerá-la à razão que você gostaria realmente tenham desejo e necessidade dela. Minha capacidade de tocar centenas de músicas não era muito valorizada, porque as únicas pessoas que a desejavam eram regentes de orquestras e donos de bares que podiam, se isso ficasse caro demais, se arranjar com pianistas que sabiam muito menos que eu.

A demanda por habilitações varia historicamente. Conjunções temporárias de circunstâncias podem elevar o valor de habilitações que em geral não valem muito. Hobsbawm, em *Laboring Men*, descreveu a vitória improvável de um grupo de operários “não especializados” na grande greve do gás de Londres, em 1896. A cidade, na época, era iluminada em grande parte com gás natural, manufaturado pela coqueificação do carvão — isto é, pelo aquecimento do carvão em grandes fornos, de modo que o gás que continha fosse liberado para ser captado e canalizado para casas e fábricas. Quem fazia os fornos funcionarem — jogando o carvão dentro deles e mantendo-os acesos — eram operários não especializados. Qualquer pessoa podia trabalhar ali. Aquilo nunca exigira treinamento especial, além do que se adquiria na prática. Assim, quando os operários que faziam esse trabalho entraram em greve, tanto a sabedoria convencional quanto a teoria econômica diziam que era improvável que pudessem vencer.

Mas eles venceram a greve e obtiveram um generoso acordo dos patrões, que eram capitalistas tão gananciosos quanto poderíamos supor. Como os trabalhadores venceram? Hobsbawm mostra que esses operários não especializados tinham na realidade algumas habilitações muito importantes, e que uma conjuntura incomum de circunstâncias na época da greve havia tornado essas habilitações mais valiosas para os empregadores que de hábito. Formulamos a pergunta desta maneira: por que os empregadores não contataram simplesmente outros homens não especializados para jogar carvão nos fornos? Por que não esperaram que a greve terminasse, manipulando a opinião pública para fazer seus teimosos empregados parecerem responsáveis pelo desconforto que as famílias estavam sofrendo e, assim, obrigá-los a ceder?

Os empregadores não deram esses passos óbvios por várias razões. Os fornecedores de gás estavam enfrentando uma nova concorrência na forma da eletricidade. Ainda uma novidade, a eletricidade era potencialmente uma maneira boa de iluminar casas, e se a greve se prolongasse por algum tempo, os clientes poderiam ser tentados a experimentar a nova forma de energia. Quanto mais a greve se prolongasse, mais clientes os fornecedores de gás perderiam para a eletricidade.

Além disso, os empregadores não poderiam substituir aqueles operários não especializados tão facilmente quanto poderíamos supor. Sem

dúvida o que eles faziam não requeria grande escolaridade. Mas as máquinas de que cuidavam, embora não altamente técnicas, e portanto não exigindo, digamos, conhecimento de engenharia para seu manejo, eram velhas e cheias de manhas. Os fabricantes de gás vinham sendo negligentes, recolhendo seus lucros e submetendo a maquinaria apenas à manutenção estritamente necessária. Assim, as máquinas funcionavam, mas, como toda máquina velha, exigiam muito tato. Era preciso saber quando e onde aplicar um bom chute no forno. Estas talvez não fossem habilitações no sentido convencional, mas se os homens que os abasteciam de carvão não as possuísem, os fornos não funcionavam. Os patrões poderiam contratar outros trabalhadores não especializados, mas, sem aquele conhecimento especial, os novos homens não conseguiriam fazer o trabalho.

Essa combinação de circunstâncias deu àqueles operários não especializados algumas habilitações pelo menos temporariamente valiosas, e eles tiraram proveito delas com habilidade para conseguir salários maiores. A lição importante para nós é que uma mesma habilitação pode ser especializada ou não, dependendo das circunstâncias. O significado do conceito de habilitação depende dos casos que temos em mente quando a definimos.

Assim, se você quiser aumentar seus ganhos negando-se a exercer uma habilitação, ela precisa ser tal que alguém com dinheiro a deseje. Suponha que você tenha as habilitações, elas sejam escassas e as pessoas as queiram, mas esses compradores potenciais de seus serviços prefeririam não lhe pagar tanto quanto suas habilitações poderiam valer no mercado livre. Este, a meu ver, é o sentido da pesquisa e do trabalho sobre o chamado "valor comparável". Aqui está o problema: muitas pessoas pensam que as mulheres sofreram historicamente, e ainda sofrem, discriminação no mercado de trabalho. Uma grande variedade de estudos estatísticos mostra que os empregadores pagam menos às mulheres que aos homens sempre que podem. E quem pode acusá-los? O capitalismo, como disse Marx, é um sistema duro e empregadores que pagam mais do que precisam pelos componentes de seus produtos logo serão excluídos do mercado por fabricantes mais astutos, que conseguem vender o mesmo produto mais barato.

O exemplo dos operários do gás lança alguma luz sobre esse problema. Suponha que a lei finalmente proíba toda e qualquer discriminação com base no gênero; as mulheres devem receber tanto quanto os homens que

fazem o mesmo trabalho. As mulheres continuarão ganhando menos. Por que? Porque a distribuição de homens e mulheres entre as ocupações é distorcida. Nenhuma mulher joga na liga principal de beisebol e há muito poucos enfermeiros homens, e os jogadores da liga ganham muito mais que enfermeiras. Um número desproporcional de professores de primeiro grau é do sexo feminino; um número desproporcional de executivos de emprego é do sexo masculino. Se todos os enfermeiros, seja qual for o seu gênero, ganharem o mesmo, e todos os executivos, homens ou mulheres, ganharem o mesmo, mas os mesmos enfermeiros ganharem menos que os executivos, no fim das contas as mulheres ganharão menos em média, porque haverá um número maior delas em empregos menos bem remunerados.

Como essa iniquidade pode ser sanada? Alguns reformadores atacaram o modo como as escalas de remuneração são estipuladas (os órgãos governamentais são os mais vulneráveis a esses ataques), observando que os salários são estipulados com referência às habilitações supostamente requeridas para a execução do trabalho, mas habilitações importantes em "ocupações femininas" (isto é, ocupações cujo contingente é na maioria de mulheres) são ignoradas ou não altamente valorizadas nessas análises. Se habilitações técnicas forem mais valorizadas que aquelas necessárias para lidar com situações sociais complexas, e os empregos que as mulheres têm maior probabilidade de obter — como os de enfermeira e professora — exigem menos habilitações técnicas e mais habilitações no campo das "relações humanas", as mulheres ganharão menos mesmo que possuam habilitação igualmente elevada, embora em áreas diferentes.

Os defensores do *statu quo* argumentarão, é claro, que não é possível demonstrar que essas habilitações são comensuráveis. Mas esse, é claro, é o *xis* da questão. Se não forem, é porque não chegamos a um acordo sobre como medir habilitação. Mas, nesse caso, como sabemos que as habilitações dos homens valem mais? E é exatamente esse julgamento que está incorporado nas próprias escalas salariais atacadas.

Demorei muito tempo para introduzir a questão conceitual porque ela reside em exemplos como os que dei, não em palavras abstrato. O problema é que conceitos pressupõem que examinemos a variação total das coisas que abrangem quando os formulamos e definimos. Agora podemos ver uma das razões da minha ênfase anterior em métodos de amostragem

que produzam exemplos dessa variação. Se excluirmos alguns fenômenos por causa de idéias preconcebidas convencionais ou por qualquer outra razão que discuti anteriormente, nossos conceitos serão falhos. As generalizações de que esses conceitos são componentes conterão muito ruído, variação aleatória que nada tem de aleatoriedade, sendo antes o resultado de tendenciosidades sociais sistemáticas na seleção de casos que usamos para definir nossos conceitos.

- CRIME

O mesmo raciocínio se aplica ao conhecido fenômeno do crime do colarinho-branco. Por que Edwin Sutherland considerou necessário dedicar seu discurso presidencial na American Sociological Association (1940) ao tema do crime do colarinho-branco? Porque queria acusar seus colegas de um erro conceitual que tinha um fundamento similar na amostragem inadequada baseada em preconceitos convencionais e socialmente aprovados. Revistas e livros de criminologia, na época em que Sutherland proferiu seu ataque, estavam cheios de teorias sobre crime e pesquisas sobre crime. O que era crime, essa coisa de que todas essas teorias e pesquisas tratavam? Era a atividade que violava a lei criminal. Isso parecia bastante razoável. As pilhas de pesquisa que haviam sido feitas mostravam que o crime se relacionava estreitamente à pobreza, lares desfeitos e todos os outros índices convencionais da então chamada "patologia social". Sutherland fez uma pergunta simples: como pode isso ser verdade quando há crimes cometidos por pessoas muito abastadas, que não exibem os sinais convencionais de patologia social, e pelas maiores e mais respeitadas empresas do país, que também não provinham de lares desfeitos?

A resposta era bastante simples. Ninguém, com certeza nenhum criminologista convencional, pensava que os crimes cometidos por pessoas abastadas e empresas eram, de alguma maneira fundamental, crimes "de verdade". Ademais, os acusados envolvidos raramente viam-se condenados por violações criminais porque os casos eram muitas vezes julgados como ações civis. Se não havia condenações criminais, como poderia haver algum criminoso? O governo, de modo típico, estava mais interessado em fazer os maus sujeitos interromperem seus golpes pelo correio e suas fraudes

com títulos e em obrigá-los a indenizar os que haviam sido enganados do que em mandar alguém para a cadeia. Mas isso não era uma consequência natural da natureza dos crimes, que podiam ser também processados sob estatutos criminais, e ocasionalmente o eram. Resultava de julgamentos feitos por promotores públicos que exerciam a liberdade que a lei lhes concedia para adotar procedimentos criminais ou civis.

Os promotores tinham outras razões para não exigir condenações criminais. Como a pesquisa posterior de Katz mostrou,³ crimes do colarinho-branco e crimes do tipo mais convencional diferem sob um outro aspecto importante. No crime comum, não há dúvida de que um delito foi cometido. Alguém foi roubado ou atacado. A pergunta é: quem fez isso? No crime do colarinho-branco, por outro lado, não há dúvida quanto à autoria. A grande cadeia de armazéns de fato rotulou carne que pesava 800 gramas com a etiqueta de um quilo. A questão não é quem fez isso, mas se isso é ou não um crime. Tal coisa, afinal, poderia ter acontecido porque a balança estava com defeito sem que a companhia soubesse, ou porque um açougueiro trapaceiro embolsava parte do lucro, ou por qualquer de várias razões que mostrariam que a empresa não tivera intenção criminosa. Assim, por ambos os conjuntos de razão, criminosos do colarinho-branco são condenados por crimes com muito menor frequência que criminosos comuns.

O raciocínio impecável de Sutherland era que, se decidíamos não incluir os crimes cometidos por pessoas ricas e empresas ao calcular nossas correlações, assegurávamos o resultado de que o crime estava correlacionado à pobreza e tudo que a acompanha. Não porque de fato estava, mas porque estávamos usando um conceito falho, que pretensamente continha todos os membros de uma dada classe, mas excluía um grande número desses membros com base na razão não examinada do prestígio social. Não tínhamos um achado empírico, mas um artefato criado por definição.

Defendendo-se de Sutherland, criminologistas convencionais argumentaram, essencialmente, que "todo mundo sabia" que essas pessoas ricas e empresas não eram "realmente criminosas". Isto é, se aceitássemos a idéia convencional de criminoso — um valentão com máscara no rosto que pula de trás dos arbustos, enfia um revólver nas suas costelas e pega seu dinheiro,

um sujeito que faz do crime uma carreira, vive uma vida de crime, partilha a cultura do crime com outros semelhantes a ele (e esses criminosos crum) no pensamento convencional, homens, é claro) —, ficava claro que as pessoas agradáveis de terno e gravata que tomam nosso dinheiro à plena luz do dia sobre uma escrivaninha num escritório elegante, e as organizações em cujos prédios esses escritórios se situam, não se parecem em absoluto com isso. Podem tomar nosso dinheiro, mas não com um revólver; de fato, do modo como o fazem, podíamos nem perceber que havíamos sido roubados, a menos que alguém nos mostrasse.

Sutherland chegou à sua compreensão do crime do colarinho-branco usando um truque baseado num traço comum da vida organizacional. Como sugeri na discussão da amostragem, de forma típica, as organizações mentem acerca de si mesmas. Se isso for severo demais, eu diria que procuram dar a melhor impressão possível e preferem não mencionar coisas que as fariam parecer más, em especial quando esses eventos e atividades podem ser interpretados, plausivelmente, como desvios aleatórios ou falhas de caráter atribuíveis a indivíduos, coisas que, de todo modo, ninguém poderia esperar que uma empresa conseguisse evitar. Esta é a explicação geral que departamentos de polícia dão quando um de seus policiais é pego comportando-se mal: “Há algumas maçãs podres em todo o cesto.” A justificativa é destinada a opor-se a qualquer sugestão que admitiria a hipótese mais sociológica de que o cesto apodrece as maçãs — isto é, que a organização e a cultura do departamento poderiam desencaminhar policiais que em outras circunstâncias seriam cumpridores da lei.

Cientistas sociais serão induzidos em erro se aceitarem as mentiras que as organizações contam acerca de si mesmas. Se, em vez disso, procurarem lugares onde essas histórias não se sustentam, os eventos e atividades que as pessoas que falam em nome da organização ignoram, acobertam ou minimizam, encontrarão uma opulência de coisas para incluir no corpo de material a partir do qual constroem suas definições. O truque de Sutherland era simples. Ele procurava fatos que as empresas não poderiam incluir em seus relatórios anuais: os processos civis contra elas e os acordos que haviam feito para sustá-los; e as violações de lei criminal que os sociólogos não levavam em conta porque as empresas haviam conseguido evitar um processo criminal, resolvendo-as como matérias de lei civil.

Quando encontramos eventos e fatos que não são explicados nas histórias convencionais contadas sobre uma classe de organizações, em geral encontramos um novo elemento, ou “variável”, que precisa ser incorporado na definição do problema sob estudo. Uma versão mais geral do truque de Sutherland produz a teoria da rotulação do desvio.⁴ Da seguinte maneira: a história convencional sobre desvio é que as organizações responsáveis por lidar com ele realmente o fazem com eficácia. Podem não impedir que ele aconteça — departamentos de polícia podem não ser capazes de controlar todo policial velho —, mas uma vez que se saiba que aconteceu, descobrem-no e punem-no. Empresas podem não ser capazes de impedir empregados de fraudar clientes, mas pegam e punem os fraudadores.

Mas quando descobrimos que nem todos os desvios são detectados, e que a seleção de quais devem ser detectados não é aleatória, temos boas razões para pensar que encontramos uma outra peça no quebra-cabeça — a saber, um passo no processo de identificação e punição que consiste em não detectar certas pessoas e não punir algumas que foram detectadas. Assim ficamos sabendo que “desvio” inclui tanto a possível infração de uma lei ou regra quanto um processo de agir de alguma maneira contra quem quer que seja suspeito de ter cometido a infração. Quando observou que alguns que cometiam crimes não eram tratados da mesma maneira que outros, Sutherland viu que havia descoberto alguma coisa.

Lembremos que o que Sutherland descobriu não era um grande segredo. Toda organização aplica as regras pelas quais é responsável de uma maneira parcial e arbitrária. A originalidade de Sutherland consistiu em fazer dessa arbitrariedade o objeto de estudo. (Retornarei a essa distinção entre a infração da regra e a percepção e punição da infração da regra no Capítulo 5, quando examinarmos os usos da lógica combinatória para a pesquisa social.)

Todos estes exemplos mostram que os conceitos que não cobrem a variação completa dos casos a que pretensamente se aplicam são falhos. Generalizações que incluem conceitos falhos como termos da equação explanatória não explicarão tudo que afirmam explicar, como as explicações do crime baseadas em atividades de delinquentes juvenis não podiam explicar os crimes das grandes empresas. Incluir a variação total dos casos

nos obriga a rever nossas generalizações, torná-las mais complexas e mais interessantes. Então, contendo menos ruído e menos variância injustificada, elas explicarão mais do que se destinam a explicar.

O truque aqui, para repetir, é reconhecer que as definições de conceitos repousam no que os exemplos em que se baseiam têm em comum. Por mais abstrata (ou “teórica”) que seja a definição resultante, ela exibe marcas dessa seleção de casos muitas vezes não examinada. É por isso que insisti na necessidade de se buscarem representações que ampliem nossas idéias sobre o que poderia estar presente no mundo que estudamos. Se nossas representações forem baseadas numa amostra distorcida, teremos problemas. Se procurarmos sistematicamente casos excluídos, nosso trabalho ficará melhor.

— DEFINIÇÃO DE CONCEITOS: ALGUNS TRUQUES

Para recapitular nossos resultados até agora: definimos conceitos (em contraposição a descobrir sua verdadeira natureza), e nossas definições são moldadas pela coleção de casos que temos em mãos para com ela pensar sobre o problema. Suponha que reunimos uma boa coleção de casos e queremos avançar com a criação de um conceito útil. Como proceder? É verdade que isso requer alguma imaginação, alguma associação livre e alguma consulta do que outros disseram no passado, mas podemos fazer tudo isso e ainda não saber como criar um conceito. O que fazemos realmente?

Cientistas sociais fazem essa pergunta a si mesmos quando começam a colher dados sem ter muita noção do que é de verdade o problema que estão estudando. Isso acontece com mais frequência do que gostamos de admitir. Ocorre, por exemplo, quando concordamos em estudar um problema “prático”, definido por sua importância para as pessoas envolvidas nele. (Como muitas pesquisas são financiadas porque os problemas são prática e politicamente importantes, essa situação é comum.) “Os estudantes negros estão recebendo um tratamento equitativo na educação?”; seja como for que qualquer destes termos seja definido, esta não é uma pergunta formulada em termos sociológicos. Isso não significa que não seja importante ou interessante, mas sim que, ao estudá-la, teremos de

transformá-la numa questão sociológica antes de termos alguma coisa de especial a dizer a seu respeito. Por enquanto, porém, não sabemos qual será essa questão. Só saberemos isso depois que examinarmos que tipos de organizações, instituições e processos estão envolvidos na produção desse problema (que tipo de máquina opera para fazer as coisas acontecerem daquela maneira), e somente nossa pesquisa nos dirá isso.

Assim, encontramos-nos com uma grande quantidade de dados, tentando descobrir o que poderia estar em questão do ponto de vista sociológico. Estudantes que se vêm nessa dificuldade costumam dizer que querem “simplificar seu problema”, expressão ritual que algum professor lhes ensinou para evitar que a questão se torne complicada demais. Para estudantes, mas não só para eles, isso significa encontrar uma maneira de dizer alguma coisa que será defensável contra todos os ataques; se tornarem o problema estreito o bastante, poderão descobrir tudo a seu respeito, resolvê-lo de maneira conclusiva, e nenhum dos vagos inimigos que percebem à sua volta poderá pegá-los. (Discuti esses temores em *Writing for Social Scientists*.)

Estudantes que estão aprendendo a fazer trabalho de campo comumente sofrem dessa doença. Quando afinal conseguem tomar coragem e entrevistar alguém, não sabem o que perguntar. Quando observam alguma situação social, não sabem ao certo o que constitui seus “dados”, quais das coisas que vêem e ouvem deveriam registrar. Isso ocorre porque não sabem qual é o seu problema, o que estão estudando. Sabem que devem fazê-lo, então registram tudo. Pelo menos aparentemente. Em consequência, suas anotações são dispersas, essencialmente incoerentes; suas entrevistas são vagas porque não dão às pessoas com quem estão falando nenhuma orientação sistemática sobre o que gostariam de saber.

Mas há alguma ordem no que fizeram, porque não podemos tomar as mais simples decisões a menos que tenhamos alguma idéia sobre o que estamos fazendo. Foi a representação que têm de pessoas, lugares e situações como os que estão examinando que os levou a fazer o que quer que tenham feito, a perguntar o que perguntaram, a dar atenção ao que deram, a ignorar o que ignoraram. Agora eles devem descobrir o que tinham em mente que os levou a fazer tudo isso. O problema é descobrir a representação que os levou a essa situação embaraçosa.

Meu truque nesses casos é uma versão de um velho jogo de salão. No jogo alguém diz, por exemplo, "Nine Wagner" [Nove Wagner]. O objetivo é adivinhar a pergunta para a qual essa é a resposta. Nesse caso, a pergunta que provoca essa resposta é: "Quem escreveu essa peça? Mozart?" E a resposta (tomei liberdades com a ortografia) é "Nein! Wagner!" [Não! Wagner!]. Assim, tentando descobrir o que está fazendo, você diz para si mesmo: "Os dados que tenho aqui são a resposta para uma pergunta. Que pergunta poderia eu estar fazendo para a qual estas anotações que tomei seriam uma resposta razoável?" Peço aos estudantes que releiam suas anotações com isso em mente, que façam de conta que fizeram tudo que fizeram com um intuito e conseguiram realizar exatamente o que pretendiam. Assim descobriam o que fizeram.

Esse exercício em geral deixa os estudantes infelizes. Eles vêem que, qualquer que fosse a idéia vaga que tinham em mente ao começar seu trabalho, não chegaram nem perto de pô-la em prática. Pressupostos não expressos e representações não reconhecidas — sobre o problema, porém mais provavelmente sobre o que podem esperar razoavelmente das pessoas em matéria de colaboração — os levaram a investigar tópicos que não pretendiam e que não os interessavam, geralmente assuntos sem importância e superficiais cuja virtude era virem à mente quando a conversa arrefecia. Os estudantes queriam saber sobre padrões de organização social, mas, sob a pressão de se comportarem como pesquisadores bem-informados, quando sabiam que não o eram, perguntavam às pessoas que entrevistavam e com quem conviviam sobre ninharias. Queriam saber sobre inquietação entre os operários de fábrica que estavam observando, mas só conversaram com eles sobre a comida no restaurante da empresa ou o jogo de futebol da véspera na televisão. E sabem que não se trata disso. Não fizeram o que deveriam ter feito para descobrir o que queriam saber.

Digo-lhes que não fiquem infelizes. Agora sabem o que estavam "realmente investigando", sobre o que estavam perguntando em suas primeiras tentativas, e sabem que o que ficaram sabendo não era o que queriam saber. Cientes disso, podem mudar de direção, reformular suas perguntas e ter algo diferente para pôr em suas anotações. Agora é mais provável que seus dados digam respeito ao que querem investigar. E, se ficar claro que talvez não sejam capazes de ver alguma coisa que consideram importante, ou de

perguntar algo que considerem importante, podem pensar em maneiras alternativas de chegar ao que lhes interessa.

Suas perguntas reformuladas constituem o princípio da construção conceitual. Eles vêem aquilo em que não estão interessados e sobre o que não querem saber. Em geral não acham isso muito emocionante e pensam que desperdiçaram tempo numa direção errada. Mas não o fizeram. Só podem dizer que *X não* lhes interessa ao ter alguma noção do que lhes interessa. Nomear o objeto de interesse é o início da conceitualização.

Dei a impressão de que esse truque só poderia ser praticado por sociólogos que trabalham com dados qualitativos, não aprisionados por projetos de pesquisa, capazes de continuar mudando de idéia à medida que pesquisam. Na verdade, a introdução de microcomputadores na vida sociológica cotidiana libertou os sociólogos quantitativos de sua dependência dos supercomputadores, das longas esperas que essas máquinas provocavam entre ter uma idéia, pensar como testá-la nos dados disponíveis e realmente obter os resultados. Libertada do supercomputador, a análise quantitativa é muito mais interativa. As pessoas fazem análises fatorialiais, que antigamente exigiam um ano de cálculos à mão, durante o tempo que levam para encher de novo a xícara de café. Tendo o custo do cálculo baixado de maneira tão drástica, pesquisadores podem fazer análises só por fazer, para testar um mero palpite.⁵ E isso por sua vez significa que também os pesquisadores quantitativos podem inspecionar as respostas que têm para ver que perguntas elas implicam. Os mesmos truques funcionarão para eles.

- DEIXE O CASO DEFINIR O CONCEITO

Esta é uma maneira um pouco diferente de tirar partido do reconhecimento de que conceitos são definidos. Sociólogos, preocupados em generalizar, querem estabelecer que o que estudaram não é o único caso do gênero. De quem adiantaria obter um conhecimento seguro sobre algo se não fosse possível aplicar esse conhecimento em nenhum outro lugar? A preocupação é cultuada na conhecida distinção entre ciências idiográficas e nomotéticas. Os estudantes, em especial, penso eu, querem inserir seu caso (a coisa que estudaram) em alguma categoria conceitual, pela excelente razão de que,

se conseguirem fazê-lo, todas as justificações para o estudo daquelas coisas estarão prontas e facilmente disponíveis.

Mas há um problema nisso. Não está claro que você pode dizer alguma coisa muito útil se focalizar apenas o que é comum a seu caso e a outros com que ele partilha a condição de membro de alguma classe. Quanto mais seriamente consideramos um caso, quanto mais nos esforçamos para compreendê-lo por completo, de modo que não haja nada sobre ele que precisemos esconder ou ignorar, mais difícil se torna vê-lo como "exatamente igual" a qualquer outro caso com que se assemelhe superficialmente.

Considere isso como uma escolha entre deixar a categoria conceitual definir o caso e deixar o caso definir a categoria. Deixamos a categoria definir o caso quando dizemos que o que estudamos é um caso de x , digamos, de burocracia, modernização, organização ou qualquer dos outros conceitos comuns que usamos para compreender o mundo social. Isso nos leva (não necessariamente, mas com muita frequência na prática) a pensar que tudo que é importante sobre o caso está contido no que sabemos sobre a categoria. Assim, analiticamente, temos apenas de examinar o caso para ver se ele tem todos os atributos que um membro daquela categoria deve possuir, sendo portanto uma das coisas descritas por aquele conceito. Checamos, por exemplo, se nosso caso tem todos os traços que, segundo Max Weber, uma burocracia deve apresentar. Nossa análise está completa quando mostramos que ele de fato tem todos esses traços (ou a maioria deles) e explicamos por que não tem os que não estão presentes. Ignoramos aqueles elementos do caso cuja presença ou ausência a descrição da categoria ignora. Essa estratégia nos ajuda a desenvolver uma teoria acrescentando casos à coleção de exemplos do tipo, e variações a idéias e princípios que outros desenvolveram para explicá-los. Isso é algo semelhante ao trabalho científico normal de articulação descrito por Kuhn.⁶

Quanto mais o mundo, tal como exemplificado em nosso caso, incluir exatamente o que nosso conceito inclui, e nada mais, melhor nossa análise funciona. Mas o mundo quase nunca é exatamente como o imaginamos. De fato, essa similaridade tão rara talvez só ocorra sob circunstâncias muito especiais. Acontece, por exemplo, quando fazemos nosso conceito sob medida para se ajustar a uma ocorrência particular. Se construo uma teoria

da revolução generalizando a partir da Revolução Norte-Americana ou da Rússia, minha teoria se ajustará ao caso em que a basei. O mundo e nosso conceito se assemelham um ao outro, também, quando temos controle suficiente sobre o mundo para fazer com que ele se ajuste exatamente às nossas categorias. Latour explica que a ciência "funciona", isto é, suas previsões são verificadas na prática, porque os cientistas podem mudar o mundo até que ele se assemelhe ao contexto em que fizeram suas descobertas. Louis Pasteur só conseguiu proteger vacas contra o antraz por meio de vacinação quando convenceu os fazendeiros a reproduzir em suas fazendas as características essenciais de seu laboratório. Diz ele: "Fatos e máquinas são como trens, eletricidade, pacotes de bytes de computador ou legumes congelados; podem ir para qualquer lugar, contanto que os trilhos pelos quais viajam não sofram a menor interrupção." É extremamente difícil assentar os trilhos pelos quais a ciência social pode se deslocar. Um número grande demais de outras pessoas tem idéias conflitantes sobre como o mundo social deveria ser arrumado para que possamos arranjá-lo de modo a que nossas teorias funcionem. Assim, esses trilhos são mais bem assentados em simulações por computador e, por vezes, em experimentos de laboratório. Diferentemente de Pasteur, cientistas sociais raramente podem convencer alguém a transformar suas casas ou comunidades reais (não simuladas) nos trilhos sobre os quais nossa teoria poderia correr.

Assim, a estratégia de deixar o conceito definir o caso é capaz de muita coisa, mas tem um preço: não vemos e investigamos aqueles aspectos de nosso caso que não estavam na descrição da categoria com que começamos. As coisas que deixamos de fora, contudo, retornam para nos incomodar. Quer as incluamos em nossa investigação ou não, elas ainda estão lá e continuam a operar na situação que estudamos, quase certamente influenciando os fenômenos que queremos compreender. Faz sentido incluí-las em nossa análise mesmo que nosso conceito não dê espaço para elas. E este é o argumento em favor da estratégia alternativa: deixar o caso definir a categoria. Como no exemplo anterior, tome a Revolução Norte-Americana como modelo e defina uma categoria que tenha todos os atributos (absolutamente todos, porque não sabemos o que excluir) desse caso. Tudo que descobrimos sobre o caso se torna uma parte crucial do conceito. Que conseguimos fazer com isso? É possível criar uma generalização que funcione dessa maneira?

Deixar o caso definir o conceito nos permite determinar dimensões que poderíamos ver variando em outros casos. Descobrimos que os eventos de associações de poupança e empréstimo às vezes furtam dinheiro manipulando regras bancárias cuja complexidade torna difícil para os promotores decidir se o que fizeram é indiscutivelmente um crime. Isso identifica um aspecto de "crime" que não vemos em casos de agressão física, nos quais ninguém duvida de que dar uma cacetada em alguém é crime. A generalização que resulta do nosso estudo é que a clareza ou ambigüidade da criminalidade de uma ação, e as coisas que afetam isso, são algo a incluir em todos os estudos futuros sobre "crime". De certo modo, o resultado de trabalhar desta maneira não é um maior número de respostas, mas um maior número de perguntas.

- GENERALIZAÇÃO: O TRUQUE DE BERNIE BECK

Fiz um movimento sub-reptício na análise acima quando disse que seu resultado era um novo aspecto do crime a ser incluído em pesquisas futuras — a clareza ou a ambigüidade da criminalidade de uma ação. Vou explicar agora o que estava envolvido nesse movimento. Os sociólogos muitas vezes não conhecem quaisquer etapas intermediárias entre os fatos brutos do caso que estudaram e as categorias mais amplas, mais gerais, de análise social. Assim, podem descrever os achados de sua pesquisa sobre, digamos, o consumo de álcool e dar um salto a partir disso para falar sobre identidades ou autopercepções, ou algum outro aspecto extremamente abstrato da organização ou da interação social. Em geral, nossa pesquisa nada tem de muito novo a dizer sobre autopercepções ou identidade. Os pesquisadores costumam usar essas idéias gerais para orientar seu trabalho, para sugerir uma abordagem global e um conjunto muito geral de perguntas que poderiam fazer. As idéias servem como o que Lewontin chamou de "metáforas informadoras e organizadoras", cujo papel é "introduzir ordem na confusão".⁸ O que os pesquisadores que as utilizam descobrirem provavelmente não levará a nenhuma reformulação dessas idéias ou questões gerais. Na pior das hipóteses, o pesquisador anuncia com triunfo que o que estudou era de fato um caso do desenvolvimento da identidade ou do caráter adaptativo da organização social. Esse tipo de resultado não é útil para ninguém. Não

representa grande coisa a qualquer justificação que as teorias muito gerais a que está associado já tenham. E as teorias gerais não acrescentam muito aos estudos específicos. O conselho que oferecem é geral demais.

O que é útil é a descrição de algo mais geral que os fatos particulares que descobrimos, mas menos geral que noções de identidade e interação social. Algo intermediário, algo como as "teorias de médio alcance" para as quais Robert Merton nos alertou. Passei das condenações de executivos de instituições de poupança e empréstimo para a idéia da clareza ou ambigüidade da criminalidade de uma ação, mas não expliquei como o fiz. Quando ensino trabalho de campo, muitas vezes dou esse tipo de salto ao discutir possíveis extensões dos achados de um aluno. Este é o aspecto do que faço que provoca com mais freqüência a impressão de que algum tipo de truque mágico está sendo executado, que a maneira como passo de A para B não é algo que se possa aprender a imitar.

Durante os 25 anos em que lecionei na Universidade Northwestern, minha sala ficava sempre ao lado da de Bernard (ou Bernie) Beck, um dos grandes mestres e pensadores da sociologia, cujas qualidades são menos bem conhecidas do que deveriam. Aprendi mais com ele do que jamais poderia retribuir, em boa parte escutando, sem que ele percebesse, suas conversas com estudantes de pós-graduação sobre seus trabalhos em andamento. Nada do que ouvi foi mais útil para mim que seu truque para chegar a esse nível intermediário de pensamento acerca de um resultado de pesquisa. Como ele nunca publicou seu truque, que tem a elegância da simplicidade, tomo a liberdade do empréstimo.

Beck diz ao aluno que colheu alguns dados e agora está tentando compreender do que trata sua dissertação de pesquisa: "Diga-me o que encontrou, mas sem usar nenhuma das características definidoras do caso real." Vou usar minha própria tese, um estudo das carreiras de professores de primeiro grau em Chicago, como exemplo.⁹ Se eu fosse um aluno pedindo a Beck que me ajudasse a descobrir que generalização minha pesquisa poderia produzir, ele provavelmente teria me perguntado primeiro o que eu realmente descobrira sobre os professores de Chicago. Eu poderia ter oferecido esta conclusão:

Esses professores fazem sua carreira mudando-se de uma escola para outra dentro do sistema escolar de Chicago, em vez de tentar cargos mais elevados,

mais bem remunerados, ou de se transferir para outros sistemas em outras cidades. Seus movimentos entre cargos no sistema escolar podem ser compreendidos como uma tentativa de encontrar uma escola em que as pessoas com quem interagem — alunos, pais, diretores, outros professores — atuam mais ou menos da maneira como esperariam.

Se eu tivesse falado tudo isso a Beck, ele teria me pedido, usando o truque: "Diga-me sobre o que é a sua pesquisa, mas agora você está proibido de usar as palavras 'professor', 'escola', 'aluno', 'diretor' ou 'Chicago'." Para atender-lhe, eu teria de escolher palavras mais gerais que as particularidades do meu caso, mas não tão gerais que eu perdesse a especificidade do que descrevia. Se eu começasse a falar sobre "identidade" ou "escolha racional" ou abstrações semelhantes de alto nível, perderia o que havia aprendido sobre movimentos de carreira resultantes de escolhas entre situações de trabalho mais e menos confortáveis. Portanto, eu poderia ter respondido que meu estudo mostrava como pessoas em sistemas burocráticos escolhem entre cargos potenciais avaliando a maneira como todos os demais participantes vão tratá-los e escolhendo lugares onde o equilíbrio será melhor, levando-se em conta o que quer que estejam tentando maximizar.

Foi assim que dei o passo do fato de que executivos do setor bancário furtam para minha declaração acerca da clareza ou ambigüidade da criminalidade de uma ação. Reformulei a afirmação de que "os executivos de associações de poupança e empréstimo às vezes furtam dinheiro manipulando formulários bancários cuja complexidade torna difícil para os promotores decidir se o que fizeram é indiscutivelmente um crime" sem usar nenhuma das particularidades. Não mencionei "executivos", "poupança e empréstimo" ou qualquer dos outros detalhes. Disse a que classe cada um deles pertencia, e assim acabei falando sobre a ambigüidade da criminalidade de uma ação, uma dimensão que poderia ser útil no estudo de qualquer atividade criminosa. Eu poderia dar mais um passo e falar sobre algo menos específico que lei criminal — regras em geral —, e isso me permitiria introduzir casos tão interessantes quanto a validade de certas jogadas no beisebol, que dependem de regras tão ambíguas quanto qualquer uma do direito criminal.

Você poderia argumentar que, afinal, beisebol e negócios bancários não têm muito em comum. Certo. Cada vez que fazemos uma comparação como esta e encontramos tal similaridade constatamos também imediatamente tal diferença. Tanto a similaridade quanto a diferença nos dão categorias sobre as quais devemos pensar e que temos de usar em nossas análises. A similaridade diz, como forma de comparação: "Todo conjunto de regras é claro em certo grau e ambíguo em outro." A diferença diz, como forma de outro tipo de generalização: "Dentro das organizações (como no beisebol e nos negócios bancários) em que regras são feitas e aplicadas, outras coisas ocorrem, de modo que essas regras variarão ao longo de uma dimensão que vai da clareza à ambigüidade." O estabelecimento de comparações desse tipo revela outras complexidades na criação e aplicação de regras, complexidades que podem ser examinadas em futuras pesquisas.

A consequência imediata desse resultado é que todo estudo pode dar uma contribuição teórica, acrescentando alguma coisa nova que precisa ser pensada como uma dimensão daquela classe de fenômeno. Isso só não seria verdadeiro quando os dois casos fossem idênticos sob todos os aspectos — mas isso é tão improvável que não vale a pena temê-lo.

— CONCEITOS SÃO GENERALIZAÇÕES

Aqui está uma abordagem diferente à mesma idéia. Embora pensemos sobre eles, especulemos sobre eles e os definamos, os conceitos não são simplesmente idéias, ou especulações, ou matéria de definição. De fato, os conceitos são generalizações empíricas que cabe testar e refinar com base nos resultados empíricos da pesquisa — isto é, no conhecimento do mundo.

Em geral temos dificuldade em aplicar conceitos a casos reais de fenômenos sociais: eles de certo modo se ajustam, mas não exatamente. É por isso que raras vezes definimos um fenômeno por um único critério sem ambigüidade. Não dizemos: "Se tiver tromba, é um elefante, sem dúvida;" ou: "Se as pessoas trocam bens com base em preço, é um mercado." Se falássemos assim, saberíamos com certeza se um caso era ou não uma das coisas em que estávamos interessados. (Isto é uma espécie de exagero.

Mesmo assim, teremos todos os problemas associados à decisão do que é uma tromba ou uma troca com base em preço.)

Os conceitos que nos interessam, contudo, em geral têm múltiplos critérios. Max Weber não definiu burocracia por um só critério. Deu uma longa lista de traços característicos: a existência de arquivos escritos, cargos definidos como carreiras, decisões tomadas por regras e assim por diante. De maneira similar, os cientistas sociais de hábito definem cultura segundo múltiplos critérios: ela consiste em compreensões partilhadas, transmitidas de uma geração para a seguinte; em proposições que corporificam os valores básicos de uma sociedade e assim por diante.

No mundo em que vivemos, contudo, os fenômenos raramente têm todos os atributos exigidos para que sejam, sem ambigüidade, membros de uma classe definida por múltiplos critérios. Uma organização tem arquivos escritos, e toma decisões por regras estritas, mas não tem carreiras para os funcionários. É uma burocracia ou não? Certa organização tem, no papel, todos os atributos que Weber atribuiu a uma burocracia, mas é do tipo em que acontecem coisas como as que vemos neste incidente (relatado por Gordon e colegas num estudo do acesso do público à informação que devia estar legalmente disponível em repartições de cidades, do município e do estado em Illinois, sob várias leis relativas à liberdade de informação):

Quando um professor do Centro de Assuntos Urbanos da Universidade Northwestern procurou alguns dados sobre eleições em Chicago, por exemplo, foi-lhe dito clara e repetidas vezes, em pessoa, por um funcionário de sobrenome irlandês, que esses dados, embora legalmente públicos, não estavam disponíveis. Um dia, quando ele insistia em que deveriam estar disponíveis, um funcionário de sobrenome italiano passou os olhos no nome do professor na solicitação escrita e interrompeu para perguntar: "Masotti. É italiano?" O dr. Masotti disse que sim e falou brevemente em italiano com o funcionário; este então chamou um outro sujeito italiano que, após 30 minutos de trabalho, produziu um conjunto completo dos dados inicialmente "não disponíveis".¹⁰

Mesmo que tenha arquivos, regras e todos os outros critérios weberianos, isso é uma burocracia?

Uma primeira razão que torna essas discussões sobre definições importantes é que os títulos descritivos que corporificam esses conceitos são neutros, sendo usados como termos de elogio ou censura. "Cultura", por exemplo, é quase sempre boa coisa ("burocracia", como no exemplo acima, é quase sempre má). Assim, parece-nos importante decidir, acima de considerações técnicas, se podemos dizer que um grupo tem cultura ou não. Não queremos recompensar com a aprovação indicada por esse título honorífico um bando de gente que não o merece. Suponhamos que os membros de um grupo partilhem compreensões, um elemento que mencionei acima como muitas vezes incluído em definições de cultura, mas inventem essas compreensões quando necessário, em vez de transmiti-las de geração para geração. Isso é uma cultura ou não? Alguns cientistas sociais não gostariam de dar a um "mau" grupo que faz essas coisas (por exemplo, um bando delinqüente) a honra de ter uma "cultura" real; querem guardar uma palavra tão boa para organizações louváveis.¹¹ (Um problema interessante surge quando historiadores descobrem que o que pareciam ser tradições hereditárias que corporificavam valores primordiais etc., havia na verdade sido inventado não muito tempo antes, assim como descobriram que a cultura escocesa tal como corporificada nas tradições dos antigos clãs e seus tartans costumeiros havia sido inventada por comerciantes de lã com excesso de mercadoria em estoque.)

Um outro problema pode ser formulado de maneira mais técnica: suponha que você tem x critérios para um objeto e chama os objetos que têm todos os critérios x de O . Que nome você dá aos objetos que têm $x - 1$, $x - 2$ ou $x - n$ dos critérios? A solução simples é chamá-los não- O e ignorar a diferença entre eles — isto é, tratá-los como se a única coisa importante a seu respeito fosse o que não são. Mas isso muitas vezes é insatisfatório porque dificilmente algum dos objetos que estudamos tem todos os critérios; em vez disso, apresentam diferentes misturas deles — o que Wittgenstein chamou de "semelhanças de família". As burocracias que estudamos são parecidas, mas não idênticas como as moléculas de cobre. Podemos, é claro, dar um nome a cada combinação de possibilidades. Na realidade, raramente o fazemos, porque esse expediente gera depressa um número muito grande de possibilidades com que não estamos teórica ou praticamente preparados para lidar. (Métodos para manipular a complexidade existem, vou discuti-los no Capítulo 5.)

Assim, conceitos como burocracia são na realidade, tal como usualmente os usamos, generalizações que dizem: "Vejam, esses critérios normalmente andam juntos, mais ou menos, o tempo todo, o bastante para que possamos alegar que estão todos presentes em cada objeto O, embora que se todos os Os tenham de fato a maioria deles, não todos." Isso gera um problema porque muitos dos nossos casos não funcionam como a teoria diz, precisamente porque lhes falta um atributo importante, responsável por esse aspecto do comportamento de O.

Muitas vezes podemos contornar essas dificuldades, porque o número de casos é pequeno ou porque não faltam aos objetos que colhemos atributos importantes para o problema que estamos tentando resolver. Mas quando não podemos, deveríamos reconhecer que nosso "conceito" não era apenas uma idéia, mas uma generalização empírica que dizia que todos aqueles critérios andavam juntos.

Um bom exemplo tomado do mundo dos assuntos práticos tem a ver com o conceito de "residir" em algum lugar. Quando o Censo de 1960 deixou de contar grande número de homens jovens negros, as consequências políticas obrigaram os estatísticos e pesquisadores de survey a considerar com seriedade o problema. A questão prática que o comitê de pesquisa encarregado do problema teve de enfrentar foi como conduzir o Censo seguinte de modo a contar pessoas não registradas na vez anterior.¹² O Censo dos Estados Unidos deve contar as pessoas onde elas residem, para fins de representação política, de modo que a questão assumiu um duplo aspecto: como podemos encontrar as pessoas onde elas residem de modo que preencham nossos formulários, e o que significa residir em algum lugar (porque se compreendemos o que significa residir em algum lugar saberemos como encontrá-las)?

As discussões do comitê de especialistas revelou uma profunda ambigüidade na noção de residir em algum lugar. O que significa isso? Para cada critério proposto, era possível imaginar uma exceção perfeitamente razoável. Você reside onde dorme: se estou em férias no México, resido no México? É onde você dorme usualmente: sou um caixairo-viajante, não durmo usualmente em nenhum lugar particular. É onde você recebe sua correspondência: muitas pessoas pegam sua correspondência em agências do correio ou na livraria City Lights em São Francisco, mas não residem

nesses lugares. É onde você sempre pode ser encontrado: para mim, no momento, esse lugar é São Francisco, na Califórnia, mas certamente não passo todo o meu tempo lá. É onde você guarda suas roupas, é onde...

Para a maioria das pessoas, na maior parte do tempo, todos esses lugares não são um só. Elas em geral dormem no lugar em que recebem correspondência, que é também onde guardam suas roupas e podem ser encontradas mais facilmente. Mas para a maioria das pessoas, em algumas ocasiões, e para algumas delas o tempo todo, esses são lugares diferentes: guardam suas roupas num lugar e dormem em outro. Para elas o conceito simplesmente não é adequado e, se quisermos levá-las em conta, teremos de decomporlo nos indicadores que o integram e tratar cada um em separado. Em outras palavras, temos de nos dar conta de que a generalização empírica corporificada no conceito não é verdadeira: todos aqueles critérios não andam juntos o tempo todo.

Podemos utilizar o fato de elementos constitutivos de um conceito não se manterem unidos como gostaríamos como o ponto inicial para expandir nossa teoria do mundo e torná-la mais complexa. Marisa Alicea fez isso em seu estudo sobre migrantes que retornam a Porto Rico — gente que, tendo se mudado de San Juan ou Ponce para Nova York ou Chicago, volta depois para a ilha.¹³ Ela mostrou que, de fato, essas pessoas se transferem com frequência de cá para lá entre suas duas moradas. Assim, é enganoso pensar nelas como migrantes, e muito mais realista e útil considerar que têm, como ela diz, "duas bases de moradia". Levando esse resultado a sério significa que mais um "fato" incorporado no conceito de "residir em algum lugar" — que as pessoas "residem" num único lugar — deve ser visto como simplesmente mais uma possibilidade que pode ou não ser verdadeira num dado caso.

Algumas vezes perturbei ouvintes com exemplos deste tipo, que parecem acarretar um construtivismo extremo, que torna impossível qualquer pesquisa. Eles ficam em especial perturbados quando, após o exemplo de "morar em algum lugar", menciono o modo como Harold Garfinkel¹⁴ desconcertou demógrafos descrevendo o caso de Agnes, um transexual que havia mudado de gênero socialmente e depois fisicamente, e perguntando em seguida como o Censo poderia ter certeza de haver classificado alguém corretamente como homem ou mulher. Seria preciso baixar as calças de cada um para ter certeza da classificação? — perguntou ele. Se não po-

demos usar nem idéias tão simples quanto residir em algum lugar ou ser homem ou mulher, como podemos observar ou contar alguma coisa?

A pesquisa de Alicea mostra que ver o conceito como uma generalização empírica nos ajuda a evitar erros analíticos. Convencionalmente, pensamos que migrantes residem num único lugar de cada vez e que, quando se deslocam, deixam de residir onde costumavam e passam a fazê-lo em algum outro lugar. Bom, é claro que vão para algum outro lugar. Mas na realidade têm algum tipo de residência (que tipo, é claro, é a pergunta perquisável que faz com que valha a pena entrar nesse tipo de complicação) em dois lugares, tanto nos Estados Unidos quando em sua cidade natal em Porto Rico. Não podemos supor que residir no segundo lugar significa exatamente o mesmo que significava quando moravam onde costumavam, antes de migrar. Antes de se mudar, podiam pensar no Lar₁ como o único que tinham. Tendo adquirido o Lar₂, porém, podiam decidir que não precisavam abrir mão do primeiro, podendo passar a ir e vir entre os dois, assim como pessoas com algum dinheiro vão para suas casas de campo todo ano. O patético da história é que talvez essas pessoas não tenham, em nenhum dos dois lugares, algumas das boas coisas que um "verdadeiro lar" nos dá, como uma base econômica segura ou uma base afetiva de pessoas que nos conhecem e amam. (Mas ter dois lares tampouco é necessariamente uma privação. A pesquisa de Carol Stack mostra como crianças pobres que podem "fugir" e morar por algum tempo com um vizinho ou parente dois números adiante na mesma rua podem se beneficiar de seus múltiplos lares.)

O truque de ver conceitos como generalizações empíricas ajuda a resolver problemas criados pela insistência inteiramente irrefletida de que todas as propriedades de um conceito andam sempre juntas. Dissociá-las e tratá-las como capazes de variar de maneira independente transforma um problema técnico numa oportunidade para crescimento e articulação teóricos.

— CONCEITOS SÃO RELACIONAIS

Uma vez lectionei uma disciplina intitulada "Clássicos da pesquisa social". Um dos livros que lemos no curso foi o de Jane Mercer, *Labeling the Men-*

ally Retarded, um estudo sobre o modo como o rótulo "retardado mental" era aplicado nas escolas de Riverside, na Califórnia. Esse estudo prova, tão bem quanto só um ideólogo gostaria de ver provado, que retardo fronteiro (em contraposição ao retardo "real" que é acompanhado por deficiências físicas óbvias etc.) é uma doença que garotos mexicanos e negros contraem quando entram na escola e da qual se curam ao deixá-la.

Um dia, senti-me compelido em aula a fazer uma preleção sobre a idéia de que todos os termos que descrevem pessoas são relacionais — isto é, só têm sentido quando considerados como parte de um sistema de termos. Esta não é uma idéia nova. Eu a vi formulada dessa maneira pela primeira vez por um historiador marxista (talvez E.P. Thompson ou Eric Hobsbawm) que disse que "classe" era um termo relacional: expressões como "classe média" ou "classe trabalhadora" só têm significado uma em relação à outra, ou em relação a "classe alta", e o significado é o caráter da relação. "Classe trabalhadora" significa que o sujeito trabalha para pessoas que são membros da "classe proprietária".

Isto parece bastante óbvio. Mas é uma dessas coisas óbvias que as pessoas reconhecem e depois ignoram. Como a ignoram? Imaginando que uma classe, por ter uma cultura ou modo de vida característico, seria o que é em qualquer sistema de relações em que estivesse inserida. Não quero dizer com isto que não há culturas de classe, mas sim insistir em que tais culturas resultam do fato de algum grupo de pessoas estar relacionado com algum outro de uma maneira que cria, pelo menos em parte, as condições em que seu modo de vida característico se desenvolve.

Significado semelhante foi associado à idéia de um país ser "subdesenvolvido". Nesse caso, isso era feito pelo estratagema simples de tratar "subdesenvolvido" como participio passado do verbo "subdesenvolver-se", o que deixava óbvio que havia alguns outros países ou organizações que faziam aquele subdesenvolvimento ser o que era. Nesse caso, há obviamente duas coisas distintas: ser subdesenvolvido só tem sentido em relação a outros lugares que são desenvolvidos, e a distribuição do "desenvolvimento" como um traço é criada pelas ações deliberadas de algumas dessas outras organizações.

Considere isto em aula quando uma das alunas, uma psicóloga clínica que achou difícil aceitar as conclusões de Mercer, insistiu em que retardo